
***Central Eólica
Jerusalém VI S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Jerusalém VI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Central Eólica Jerusalém VI S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

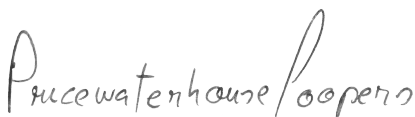
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA/7878582504
CPF: 7807895004
Signing Time: 27 May 2024 | 16:43 BRT
© ICP-Brasil. OU: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
C-185
Issuer: AC SERASA RFB de

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Balancos Patrimoniais

Em milhares de reais

| | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| ATIVO | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 7 | 1.443 | 199 |
| Concessionárias | 8 | 1.959 | - |
| Impostos a compensar | 9 | 620 | 644 |
| Cauções e depósitos vinculados | 11 | - | 4 |
| Adiantamento a fornecedores | 12 | 700 | 754 |
| Despesas antecipadas | 13 | 55 | - |
| Outros créditos | 13 | 238 | 739 |
| | | 5.015 | 2.340 |
| Não circulante | | | |
| Partes relacionadas | 10 | 5 | 6.182 |
| Cauções e depósitos vinculados | 11 | 3.186 | - |
| Imobilizado | 14 | 160.241 | 152.578 |
| | | 163.432 | 158.760 |
| Total do ativo | | 168.447 | 161.100 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Impostos a pagar | 9 | 871 | 614 |
| Partes relacionadas | 10 | 284 | - |
| Fornecedores | 15 | 13.740 | 8.774 |
| Outras contas a pagar | 17 | 100 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 630 | - |
| | | 15.626 | 9.388 |
| Não circulante | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | 115.996 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 26.376 | - |
| Outras contas a pagar | 17 | 53 | - |
| Provisões | 18 | 632 | - |
| | | 27.061 | 115.996 |
| Total do passivo | | 42.686 | 125.384 |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Capital social | 19 | 124.849 | 38.301 |
| Lucros/(prejuízos) acumulados | 19 | 912 | (2.585) |
| Total do patrimônio líquido | | 125.761 | 35.716 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 168.447 | 161.100 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados

Em milhares de reais

| | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-----------|---------------------|-----------------------|
| Receita operacional líquida | 20 | 17.550 | - |
| Custo do serviço de energia elétrica | 20 | | |
| Encargos de uso da energia elétrica | | (2.579) | (2.224) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (289) | - |
| | | <u>(2.868)</u> | <u>(2.224)</u> |
| Custo de operação | 20 | | |
| Depreciações e amortizações | | (5.287) | - |
| Materiais e serviços de terceiros | | (3.765) | (123) |
| Outros custos de operação | | (916) | (36) |
| | | <u>(9.968)</u> | <u>(159)</u> |
| | | <u>(12.836)</u> | <u>(2.383)</u> |
| Lucro/Prejuízo Bruto | | <u>4.714</u> | <u>(2.383)</u> |
| Despesas e Receitas | 21 | | |
| Despesas gerais e administrativas | | (76) | (216) |
| Outras despesas e receitas | | (244) | - |
| | | <u>(320)</u> | <u>(216)</u> |
| Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos | | <u>4.394</u> | <u>(2.440)</u> |
| Resultado financeiro | 22 | | |
| Receitas financeiras | | 135 | 5 |
| Despesas financeiras | | (169) | - |
| | | <u>(34)</u> | <u>5</u> |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | <u>4.360</u> | <u>(2.435)</u> |
| Tributos sobre o lucro | 23 | | |
| Correntes | | (579) | - |
| Resultado líquido do exercício | | <u>3.781</u> | <u>(2.435)</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em milhares de reais

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Resultado líquido do exercício | 3.781 | (2.435) |
| | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | 3.781 | (2.435) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

| <i>Em milhares de reais</i> | Capital social | Outras reservas | Prejuízo acumulado | Total |
|---|-----------------------|------------------------|---------------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 10.516 | - | (150) | 10.366 |
| Outros resultados abrangentes | 27.785 | - | - | 27.785 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (2.435) | (2.435) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 38.301 | - | (2.585) | 35.716 |
| Aumento de capital social | 86.548 | - | - | 86.548 |
| Prejuízo/lucro do exercício | - | - | 3.781 | 3.781 |
| Distribuição de dividendos | - | - | (284) | (284) |
| Constituição reserva legal | - | 60 | (60) | - |
| Constituição reserva retenção de lucro | - | 852 | (852) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 124.849 | 912 | - | 125.761 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo/lucro do exercício | 4.361 | (2.435) |
| Depreciações e amortizações | 5.287 | - |
| Encargos de dívidas sobre empréstimos | 88 | - |
| Juros provisão desmantelamento | 59 | - |
| Ajuste a valor presente de arrendamentos - IFRS 16 | 6 | - |
| | <u>9.801</u> | <u>-</u> |
| Variações em: | | |
| Concessionárias | (1.959) | - |
| Impostos a compensar | 24 | (644) |
| Despesas pagas antecipadamente | (55) | - |
| Adiantamento a fornecedores | 54 | (714) |
| Outros créditos | 502 | (739) |
| Fornecedores | 4.966 | 1.958 |
| Impostos a pagar | 72 | 516 |
| Partes relacionadas | 6.177 | 1 |
| Outras contas a pagar | 146 | - |
| Caixa (aplicado nas) atividades operacionais | <u>19.728</u> | <u>(2.058)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | <u>(395)</u> | <u>-</u> |
| Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais | <u>19.333</u> | <u>(2.058)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Cauções depósitos vinculados | (3.182) | - |
| Adições ao imobilizado e intangível | (12.377) | (83.890) |
| Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos | <u>(15.559)</u> | <u>(83.890)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Partes relacionadas | (115.996) | - |
| Aumento de capital | 86.548 | 27.785 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 57.906 |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 26.918 | - |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento | <u>(2.530)</u> | <u>85.691</u> |
| (Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | <u>1.244</u> | <u>(257)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 1.443 | 455 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 199 | 199 |

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Central Eólica Jerusalém VI S.A. (“Companhia” ou “Jerusalém VI”), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Jerusalém VI, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral relacionados a essas atividades.

A Jerusalém VI pertence os GRUPO EDP representada pela controlada final EDP – Energias de Portugal sediada na cidade de Lisboa em Portugal.

A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 22, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

1.1 Autorização do Parque Eólico Jerusalém VI

Em 22 de janeiro de 2019 o Parque Eólico Jerusalém VI foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 24 de janeiro de 2054.

A Companhia, em 25 de janeiro de 2019, vendeu 33,6 MW médio de energia no Leilão de Energia 06/2018, por meio do projeto de geração eólica: Jerusalém VI, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil.

O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início para janeiro de 2024, ao preço de R\$94,00/MWh.

Conforme despacho ANEEL nº 123 o Parque Eólico **Jerusalém VI** iniciou sua operação comercial em 19 de janeiro de 2023.

| Empresa | Central Eólica Jerusalém VI | |
|----------------------------|------------------------------------|------------|
| Usinas | Central Eólica Jerusalém VI | |
| Modalidade | Produtor Independente | |
| Outorga | Autorização | |
| Estado | RN | |
| Capacidade instalada (MW) | 29,40 | |
| Energia assegurada (MWm) | 17,20 | |
| Data do início da operação | 2019 | |
| Autorização / Registro | Início | 25/01/2019 |
| | Término | 24/01/2054 |

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido ao fato de o parque eólico estar em fase de construção em 2022 e início da operação em janeiro de 2023. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2024 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do saldo restante do financiamento junto ao BNDES (ii) recebimentos dos fluxos de caixa pelas vendas de energia.

Troca de controle acionário

No dia 29 de dezembro de 2023 a EDP Renováveis Brasil S.A., controladora final da Companhia, concluiu junto a Statkraft Energias Renováveis S.A. a venda de do parque eólico **Jerusalém VI**, no Estado do Rio Grande do Norte. Com isso, a Statkraft passou a deter 100% das ações da sociedade **Central Eólica Jerusalém VI S.A.** anteriormente detidas pela EDP. O parque possui o total de 29,40 MW de capacidade instalada, com autorização de funcionamento até 24 de janeiro de 2054 e está em operação desde o 1T23.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de maio de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 24 de Instrumentos Financeiros.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais estão contempladas nas seguintes notas explicativas.

- Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto. (nota explicativa nº14).
- Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 17).
- Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº18);
- Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com dados da geração efetiva (nota explicativa nº 20); e
- Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 27).

5 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

As políticas contábeis materiais, aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de vendas de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

c) Imobilizado

Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compõem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

d) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Outros créditos

Custo de manutenção de aerogeradores o saldo será classificado no resultado no momento da autorização comercial do parque pela Aneel.

g) Fornecedores

Inclui, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, encargos de uso da rede elétrica, encargos regulatórios e arrendamentos de terrenos. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

h) Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

i) Provisões para desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado.

j) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k) Operações de arrendamento

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22 / IFRIC 23, que não causou impactos relevantes para a Companhia.

m) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior.

Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) representam adiantamentos de recursos recebidos da Controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na Controlada, e no investimento da Controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante.

n) Receita operacional líquida

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão ou adiantamento e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente.

p) Ativos e passivos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva.

Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa 24.2.

Compensação de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado, e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia adota a contabilidade de hedge e para o derivativo como:

hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

Hedge de fluxo de caixa

A operação com instrumentos financeiros derivativos qualificados como *hedge*, contratada pela Companhia, resume-se a “NDF”, que visa exclusivamente a proteção dos fluxos de caixa da aquisição dos aerogeradores para as parcelas em moeda estrangeira. São mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o patrimônio líquido até o seu efetivo pagamento onde é reclassificado para o custo do imobilizado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos qualificados com *hedge* é mensurado através da posição da operação informadas pela instituição financeira envolvida.

Ineficácia do hedge

A eficácia de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.

A relação de cobertura é altamente eficaz, uma vez que as alterações na taxa de câmbio que podem afetar a valorização da moeda estrangeira das contribuições de capital (itens cobertos) serão compensadas pelo impacto das alterações da taxa de câmbio no MtM do instrumento de cobertura (FWDs) compensando a exposição. A eficácia do hedge pode ser mensurada com segurança, com base na forte correlação observada entre as taxas de câmbio utilizadas na contratação da operação de compra de equipamentos se comparada as taxas contratadas no derivativo.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2023:

. Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

.Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

. Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro. 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As divulgações referentes à exposição conhecida ou razoavelmente estimável dos tributos sobre o lucro sob o Pilar Dois estão incluídas na Nota 23.

7 Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|------------------------|---------------------|-------------------|
| Bancos conta movimento | 1.443 | 199 |
| Total | <u>1.443</u> | <u>199</u> |

8 Concessionárias

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo era composto pelos seguintes valores:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|------------------|---------------------|-------------------|
| Mercado regulado | 1.959 | - |
| Total | <u>1.959</u> | <u>-</u> |

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo era composto pelos seguintes valores: R\$ 1.959 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022) para o mercado regulado.

A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, por ter iniciada sua operação em janeiro de 2023 e a venda realizada a grandes players de mercado, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2023.

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------|---------------------|-------------------|
| A vencer | | |
| Até 60 dias | 867 | - |
| Mais de 1 ano | 1.092 | - |
| Total | <u>1.959</u> | <u>-</u> |

9 Impostos a compensar e a pagar

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativos compensáveis | | |
| ICMS (*) | 580 | 580 |
| Imposto de renda e CSLL | 18 | 64 |
| PIS e COFINS | 22 | - |
| Total | <u>620</u> | <u>644</u> |
| Passivo a recolher | | |
| ICMS (*) | 618 | 614 |
| Imposto de renda e CSLL | 184 | - |
| Imposto sobre importação | 7 | - |
| PIS e COFINS | 55 | - |
| PIS, COFINS e CSLL sobre serviços prestados por terceiros | 1 | - |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 2 | - |
| ISS | 2 | - |
| Outros | 2 | - |
| Total | <u>871</u> | <u>614</u> |

(*) O ICMS a compensar e a pagar é gerado através da aquisição de imobilizado de outro estado diferente do RN (DIFAL), a Companhia pagar antecipadamente o DIFAL quando da entrada do equipamento no Estado do RN os mesmos são classificados no ativo, quando da entrada da nota fiscal no Companhia é registrado o DIFAL no passivo, a Companhia avalia se a operação está correta e faz a compensação entre o DIFAL ativo contra o DIFAL passivo, a Companhia espera realizar todas as compensações em 2023.

10 Transação com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

| Objeto do contrato | Contraparte | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------------------|---------------|------------------|
| Não circulante | | | |
| Partes relacionadas | | | |
| Compartilhamento de atividade e alocação de gastos – Jerusalém I | | 5 | 5 |
| Pessoal e Infraestrutura | | | |
| Total | | 5 | 5 |
| Total ativo | | 5 | 5 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | | | |
| Compartilhamento de atividade e alocação de gastos – Jerusalém III | | 11.848 | - |
| Pessoal e Infraestrutura | | | |
| Total | | 11.848 | - |
| JSCP e dividendos | | | |
| Dividendos a pagar | Jerusalém Holding S. A | 284 | - |
| Total | | 284 | - |
| Não circulante | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | Jerusalém Holding S.A | - | (115.996) |
| Total | | - | (115.996) |
| Total Passivo | | 12.132 | (122.353) |

10.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

A controladora direta da Companhia é a Jerusalém Holding S.A, até 29 de dezembro de 2023 a controladora a indireta era EDP Renováveis. Devido a troca de controle acionário (nota 1.1), em 31 de dezembro a controladora indireta passou a ser a Statkraft Energias Renováveis S.A.

10.2 Remuneração dos administradores

Até 29 de dezembro de 2023 não realizou pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica Jerusalém I S.A. neste período a remuneração foi paga integralmente pela controladora EDP Renováveis Brasil S.A. Para 31 de dezembro de 2023 com a troca de controle acionário (nota 1.1) a remuneração do pessoal-chave da Administração é paga integralmente pela Controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

11 Cauções e depósitos vinculados

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|---------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Cauções e depósitos vinculados de empréstimos | - | 4 |
| Não circulante | | |
| Cauções e depósitos vinculados de empréstimos | 3.186 | - |
| Total | <u>3.186</u> | <u>4</u> |

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, foram estabelecidos a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretroatável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter até a data de vencimento da primeira prestação do serviço da dívida BNDES o valor necessário para perfazer o montante equivalente mínimo, que equivale a seis vezes o valor da próxima prestação do serviço da dívida do BNDES. Após a data de vencimento da primeira prestação do serviço da dívida do BNDES e até liquidação de todas as obrigações garantidas, deverá refletir o valor necessário para perfazer o montante equivalente a no mínimo, seis vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do BNDES.

A liberação dos depósitos vinculados está condicionada à liquidação da obrigação assumida do financiamento.

O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 3.186 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2022) foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco Santander, visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

12 Adiantamento a fornecedores

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Adiantamento a fornecedores | 700 | 754 |
| Total | <u>700</u> | <u>754</u> |

13 Despesas antecipadas e outros créditos

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Despesas antecipadas | 55 | - |
| Outros créditos (*) | 238 | 740 |
| Total | <u>293</u> | <u>740</u> |

(*) Refere ao custo de manutenção de aerogeradores que são reconhecidos pela sua competência.

14 Imobilizado

| | % | 31/12/2023 | | |
|--------------------------------|---|-----------------|-----------------------|----------------|
| | | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| Imobilizado em curso | | | | |
| Direito de uso de arrendamento | | 53 | (2) | 51 |
| Imobilizado em curso | | - | - | - |
| Máquinas e equipamentos | | 165.476 | (5.286) | 160.190 |
| Total | | 165.529 | (5.288) | 160.241 |

| | % | 31/12/2022 | | |
|-----------------------------|-----|-----------------|-----------------------|----------------|
| | | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| Imobilizado em curso | | | | |
| Imobilizado em curso | 100 | 152.578 | - | 152.578 |
| Total | | 152.578 | - | 152.578 |

O saldo do imobilizado em curso refere-se principalmente a adiantamentos ao fornecedor para aquisição dos aerogeradores e estudos de engenharia civil para a construção do Parque eólico.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

| | 31/12/2022 | | | | | 31/12/2023 |
|--------------------------------|----------------|---------------|----------------|------------|---------------|----------------|
| | Valor líquido | Ingressos | Depreciações | Baixas | Transferência | Valor líquido |
| Imobilizado | | | | | | |
| Direito de uso de arrendamento | - | 53 | (2) | - | - | 51 |
| Imobilizado em curso | 152.578 | - | - | - | (152.578) | - |
| Máquinas e equipamentos | - | 12.325 | (5.286) | 573 | 152.578 | 160.190 |
| Total | 152.578 | 12.378 | (5.288) | 573 | - | 160.241 |

A Companhia, através de um estudo realizado por empresa especializada, registra em seu imobilizado valor residual de R\$8.261 para o cálculo de depreciação, referente às sucatas dos equipamentos quando da desmobilização do parque.

15 Fornecedores

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------|---------------|--------------|
| Circulante | | |
| Partes relacionadas (12) | 11.848 | 6.357 |
| Terceiros | 1.892 | 2.418 |
| Total | 13.740 | 8.775 |

O saldo dos fornecedores terceiros corresponde substancialmente na aquisição de materiais e maquinas e equipamentos para construção do parque eólico.

16 Empréstimos e financiamentos

16.1 Composições do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

| | Circulante | | Não circulante | |
|--------------------|------------|----------|----------------|----------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| BNDES | 587 | - | 26.900 | - |
| Encargos de dívida | 43 | - | - | - |
| Custo de transação | - | - | (524) | - |
| Total | 630 | - | 26.376 | - |

Os contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:

| Contrato | |
|------------------------|-------------------------|
| Instituição financeira | BNDES |
| Valor contratado | R\$ 92.465 |
| Data da contratação | 30/10/2020 |
| Valor liberado | R\$ 92.465 |
| Vigência do contrato | 30/10/2020 a 15/12/2043 |
| Custo da dívida | IPCA + 3.96% |
| Forma de pagamento | SAC |
| Custo de transação | Amortização mensal |

16.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos:

| | Circulante | | | Não circulante | | |
|----------------------------|--------------|----------|--------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| | Principal | Juros | Total | Principal | Custos de transação | |
| Saldo em 31/12/2022 | - | - | - | - | - | - |
| Juros provisionados | (43) | - | (43) | - | (4) | (4) |
| Ingressos | - | - | - | (27.447) | | (27.447) |
| Amortização | | | | - | 528 | 528 |
| Transferências | (587) | - | (587) | 587 | - | 587 |
| Variação cambial | - | - | - | (40) | - | (40) |
| Saldo em 31/12/2023 | (630) | - | (630) | (26.900) | 524 | (26.376) |

16.3 Vencimento do valor principal e juros a longo prazo:

| Ano de vencimento | |
|--------------------------|---------------|
| Em 1 ano | 630 |
| Em 2 anos | 1.410 |
| Em 3 anos | 1.410 |
| Em 4 anos | 1.410 |
| Em 5 anos | 1.410 |
| Entre 6 e 10 | 7.048 |
| Entre 11 e 15 | 7.048 |
| Entre 16 e 20 | 7.048 |
| Entre 21 e 25 | 1.527 |
| Emp. M. N | (1.410) |
| Custo Trans. | (524) |
| Total | 27.006 |

17 Outras contas a pagar

| | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---------------------------------|------------|----------------|------------|------------|----------------|-------|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Provisão para arrendamentos (a) | 100 | 53 | 53 | - | - | - |
| Total | 100 | 53 | 153 | - | - | - |

(a) Provisão para arrendamentos

A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrados abaixo:

| | Total |
|----------------------------|--------------|
| Saldo em 31/12/2022 | |
| Adições | 153 |
| AVP | 6 |
| Pagamentos | (6) |
| Saldo em 31/12/2023 | 153 |

18 Provisão de desmantelamento

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------|------------|------------|
| Desmantelamento | 632 | - |
| Total | 632 | - |

A movimentação da desmobilização no exercício é a seguinte:

| | Provisão |
|----------------------------|-----------------|
| Saldo em 31/12/2022 | - |
| Ajuste a valor presente | 59 |
| Diminuição por revisão | 573 |
| Saldo em 31/12/2023 | 632 |

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

A provisão para desmantelamento do Parque Eólico Jerusalém VI está registrada em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa nº 14). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico.

As provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. A Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento periodicamente e, com a revisão finalizada em dezembro de 2023, registrou em seu balanço um aumento de R\$632

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente, calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 16,25% a.a.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2022, foi deliberado o aumento de capital da Companhia. Desta forma, o Capital social em 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 124.849 (R\$ 38.301 em 31 de dezembro de 2022). O capital social é composto de 122.327.916 (38.300.511 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|------------------------|--------------------|-------------|-------------------|-------------|
| | Nº de títulos | % | Nº de títulos | % |
| Acionistas | | | | |
| Jerusalem Holding S.A. | 122.327.916 | 100% | 38.300.511 | 100% |
| Total | 122.327.916 | 100% | 38.300.511 | 100% |

A Companhia não conta com capital autorizado, conforme estatuto social.

19.2 Destinação do lucro

Conforme definido no artigo 21 do estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do estatuto social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou lucro acumulado de R\$ 3.781 (R\$ 2.585 em 2022).

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------|----------------|
| (Prejuízo)/ Lucro líquido apurado no exercício | 3.781 | (2.586) |
| Cobertura de prejuízo | 2.586 | - |
| Constituição de reserva legal (5%) (Nota explicativa 19.3) | 60 | - |
| | | |
| Lucros a distribuir | 1.136 | - |
| Dividendo mínimo obrigatório (25%) | 284 | - |
| Reserva de retenção de lucros (Nota explicativa 19.4) | 852 | - |

19.3 Reservas de lucros – Legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém reserva no montante de R\$ 60 a título de Reserva Legal.

19.4 Reserva de lucros - retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o montante de R\$852 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

20 Receita operacional líquida

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita operacional bruta | | |
| Suprimento de energia elétrica | 18.215 | - |
| | 18.215 | |
| Deduções à receita operacional | | |
| PIS/COFINS | (665) | - |
| | (665) | - |
| | 17.550 | - |
| | | |
| MWh comercializado | 131 | 14 |

21 Despesas operacionais

21.1 Custos operacionais

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Custo do serviço | | |
| Não gerenciáveis | | |
| Encargos de uso da rede elétrica | (2.579) | (2.224) |
| Gerenciáveis | | |
| Energia elétrica comprada para revenda (*) | (289) | - |
| Total | <u>(2.868)</u> | <u>(2.224)</u> |

21.2 Despesas operacionais

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---------------------------|-----------------------|-------------------|
| Gerenciáveis (*) | | |
| Arrendamentos | (294) | - |
| Depreciação e amortização | (5.287) | - |
| Despesas tributárias | (71) | - |
| Materiais e serviços | (3.765) | - |
| Outras despesas | (431) | - |
| Seguros | (120) | - |
| Total | <u>(9.968)</u> | <u>-</u> |

(*) Em 19 janeiro de 2023 a Companhia entrou em operação comercial conforme nota 1.

21.3 Despesas gerais e administrativas

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|------------------------------------|------------------------|-----------------------|
| Gerenciáveis | | |
| Doações | (39) | (36) |
| Materiais e serviços | (37) | (73) |
| Seguros | | (4) |
| Outras despesas | (244) | (102) |
| Total | <u>(320)</u> | <u>(216)</u> |
| Total despesas operacionais | <u>(13.156)</u> | <u>(2.440)</u> |

22 Resultado financeiro

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Renda de aplicações financeiras | 122 | - |
| SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis | 3 | 5 |
| Juros recebidos | 10 | - |
| Total receitas financeiras | 135 | 5 |
| Despesas financeiras | | |
| Encargos de dívidas (*) | (83) | - |
| Comissões sobre financiamento | (4) | - |
| Ajuste a valor presente | (59) | - |
| Atualização financeira arrendamento | (6) | - |
| Outras despesas financeiras | (10) | - |
| Despesas com garantias bancárias | (7) | - |
| Total despesas financeiras | (169) | - |
| Total | (34) | 5 |

(*) Em 19 janeiro de 2023 a Companhia entrou em operação comercial conforme nota 1.

23 Imposto de renda e contribuição social

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | IRPJ | IRPJ | CSLL | CSLL |
| Receita operacional | 18.215 | - | 18.215 | - |
| Alíquota aplicada sobre receita bruta | 8% | - | 12% | - |
| | 1.457 | - | 2.186 | - |
| Receitas financeiras | 125 | - | 125 | - |
| Base de cálculo | 1.582 | - | 2.310 | - |
| Alíquota vigente | 25% | - | 9% | - |
| Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes | (395) | - | (208) | - |
| Ajuste decorrente do adicional do IR | 24 | - | - | - |
| Imposto corrente | (371) | - | (208) | - |
| Alíquota efetiva | 2,04% | - | 1,14% | - |

24 Instrumentos financeiros

24.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

24.2 Classificação dos instrumentos financeiros

As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa 5.

| | <u>Nota</u> | <u>Categoria</u> | <u>Níveis</u> | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------------------|-------------|------------------|---------------|----------------------|-----------------------|
| Ativos financeiros | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | Custo amortizado | Nível 1 | 1.443 | 199 |
| Cauções e depósitos vinculados | 11 | Custo amortizado | Nível 2 | - | 4 |
| Adiantamento a fornecedores | 12 | Custo amortizado | Nível 1 | 700 | 754 |
| Concessionárias | 8 | Custo amortizado | Nível 1 | 1.959 | - |
| Despesas antecipadas | | Custo amortizado | Nível 1 | 55 | - |
| Outros créditos | 13 | Custo amortizado | Nível 1 | 238 | 739 |
| Não circulante | | | | | |
| Cauções e depósitos vinculados | | Custo amortizado | Nível 2 | 3.186 | - |
| Partes relacionadas | 10 | Custo amortizado | Nível 1 | 5 | 6.182 |
| Total | | | | <u>7.586</u> | <u>7.877</u> |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | Custo amortizado | Nível 2 | 630 | - |
| Fornecedores | 15 | Custo amortizado | Nível 1 | 13.740 | 8.774 |
| Outras contas a pagar | | Custo amortizado | Nível 2 | 100 | - |
| Partes relacionadas | | Custo amortizado | Nível 1 | 284 | - |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | Custo amortizado | Nível 2 | 26.376 | - |
| Outras contas a pagar | | Custo amortizado | Nível 2 | 53 | - |
| Provisões | | Custo amortizado | Nível 2 | 632 | - |
| Partes relacionadas | 10 | Custo amortizado | Nível 2 | - | 115.996 |
| Total | | | | <u>41.815</u> | <u>124.770</u> |

24.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

- (i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

24.4 Risco de juros

O risco de juros é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudança em variáveis de mercado, supondo:

Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2023 (IPCA 4,62% a.a.)

Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e;

Cenário III: redução /elevação do índice em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

| Instrumentos | Indexante | Exposição | Cenário I | Cenário II | Cenário III |
|------------------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|--------------------|
| Passivo financeiro | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | |
| BNDDES | IPCA + 3,96% | (27.530) | (2.362) | (2.952) | (3.543) |
| Total | | (27.530) | (2.362) | (2.952) | (3.543) |

24.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº7). A Companhia em 31 de dezembro de 2023 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata.

| | Valor contábil | Total | Até 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 a 5 anos | Acima de 5 anos |
|------------------------------|-----------------------|---------------|------------------|-------------------------|-------------------------|------------------------|
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 27.006 | 27.006 | 630 | 1.410 | 4.229 | 20.737 |
| Fornecedores | 13.740 | 13.740 | 13.740 | - | - | - |
| Provisões | 632 | 632 | 632 | - | - | - |
| Partes relacionadas | 284 | 284 | 284 | - | - | - |
| Total | 41.662 | 41.662 | 15.286 | 1.410 | 4.229 | 20.737 |

24.6 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalente de caixa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2023 é:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------------------|-------------------|
| Caixa e equivalente de caixa | 1.443 | 199 |
| Cauções e depósitos vinculados (circ. e não circulante) | 3.186 | 4 |
| Total | 4.629 | 202 |

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos, visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

24.7 Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao euro e a moeda chinesa CNY.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

As transações previstas altamente prováveis, protegidas por hedge, mantidas em moeda estrangeira devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 12 meses. Ganhos e perdas reconhecidos como reserva de hedge no patrimônio líquido referentes a contratos de câmbio a termo, em 31 de dezembro de 2023, são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por hedge afetar o resultado. Isso ocorre, geralmente, no período de 12 meses da data do balanço, a menos que o ganho ou a perda estejam incluídos no valor inicial reconhecido para a aquisição de bens do ativo imobilizado e, nesse caso, o reconhecimento é feito durante a vida útil do ativo.

24.8 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos. Sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

25 Compromissos contratuais e seguros

25.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

| | <u>< 1 ano</u> | <u>1 - 3 anos</u> | <u>3 - 5 anos</u> | <u>> 5 anos</u> | <u>Total</u> |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|--------------|
| Obrigações de compras | 5.713 | 481 | - | - | 6.194 |
| Resp. com loc. operacionais | 379 | - | - | - | 379 |
| Total | 6.092 | 481 | - | - | 6.573 |

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque eólico.

25.2 Obrigação de compra

As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado

A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de 1º de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2054 (nota explicativa 1.1).

25.3 Garantias

| Tipos de garantias oferecida | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Seguro garantia e fianças (a) | 9 | 1.268 |
| Penhor ações/equipamentos (b) | 27 | - |
| Depósito caução (c) | 3 | - |

- (a) Seguro garantia: Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro é usado em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão.
- (b) Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia.
- (c) Depósito Caução: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras (nota explicativa nº 11). O saldo refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

26 Cobertura de seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Não é objeto de o trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

| Descrição | Ramos da apólice | Limite Máximo de Indenização |
|------------------------|-------------------------|-------------------------------------|
| Responsabilidade civil | Geral | 56 |

27 Provisão para riscos trabalhistas tributários e cíveis

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não possui causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável ou possível.

28 Meio ambiente

A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 1.061 (R\$ 340 em 2022), sendo registrados no resultado do imobilizado.

* * *

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho.

Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto

Contador CRC: 1SP176534/O-5

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 4AE37E04C1D14938AB6E6D0E02BE2A08

Status: Concluído

Assunto: Relatório EDPR: CENTRAL EOLICA JERUSALÉM VI

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 33

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Debora Silva

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

debora.silva@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.200

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Debora Silva

Local: DocuSign

27 de maio de 2024 | 18:40

debora.silva@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

27 de maio de 2024 | 18:43

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Adriano Formosinho Correia

adriano.correia@pwc.com

Sócio

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 25 de fevereiro de 2022 | 21:45

ID: 4a676164-8029-488e-ba04-8e55a616033c

Nome da empresa: PwC

Assinatura

DocuSigned by:

 99D108451FA5438...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 201.56.164.188

Registro de hora e data

Enviado: 27 de maio de 2024 | 18:41

Visualizado: 27 de maio de 2024 | 18:42

Assinado: 27 de maio de 2024 | 18:43

| Eventos do signatário presencial | Assinatura | Registro de hora e data |
|---|----------------|--|
| Eventos de entrega do editor | Status | Registro de hora e data |
| Evento de entrega do agente | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega intermediários | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega certificados | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de cópia | Status | Registro de hora e data |
| Debora Silva debora.silva@pwc.com Gerente PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign | Copiado | Enviado: 27 de maio de 2024 18:43 Visualizado: 27 de maio de 2024 18:43 Assinado: 27 de maio de 2024 18:43 |
| Eventos com testemunhas | Assinatura | Registro de hora e data |

| Eventos do tabelião | Assinatura | Registro de hora e data |
|----------------------------|-------------------|--------------------------------|
|----------------------------|-------------------|--------------------------------|

| Eventos de resumo do envelope | Status | Carimbo de data/hora |
|--------------------------------------|---------------|-----------------------------|
|--------------------------------------|---------------|-----------------------------|

| | | |
|----------------------|------------------------|----------------------------|
| Envelope enviado | Com hash/criptografado | 27 de maio de 2024 18:41 |
| Entrega certificada | Segurança verificada | 27 de maio de 2024 18:42 |
| Assinatura concluída | Segurança verificada | 27 de maio de 2024 18:43 |
| Concluído | Segurança verificada | 27 de maio de 2024 18:43 |

| Eventos de pagamento | Status | Carimbo de data/hora |
|-----------------------------|---------------|-----------------------------|
|-----------------------------|---------------|-----------------------------|

| Termos de Assinatura e Registro Eletrônico |
|---|
|---|

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.